

NA CASA AO LADO: A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS PALESTINOS QUE HABITAM O LIBANO

Karime Ahmad Borrasci Cheaito

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com área de concentração em Ciência Política.

Resumo: O presente artigo visa analisar a situação dos refugiados palestinos que migraram para o Líbano a partir dos anos 1940, em busca de compreender a relação existente entre o sistema político libanês, pautado no Confessionalismo, e a forma como os refugiados foram tratados pelas autoridades libanesas e pelas forças militares. Para analisar essa relação conflituosa, têm-se como foco do estudo as violências praticadas pelo Exército Nacional Libanês contra os campos de refugiados palestinos durante os anos 1960 e 1970. A metodologia empregada na realização da pesquisa tem como referência uma “concepção instrumental”, que consiste em analisar as manifestações militares a partir de interesses de classes, considerando a interação civil-militar que reflete nas ações do Exército. Para seu desenvolvimento, recorreu-se a técnicas histórico-documentais, realizando levantamento e análise de bibliografias referentes à temática e estudo de documentos oficiais, além da coleta de dados em campo.

Palavras-chave: Palestinos. Líbano. Confessionalismo. Exército Nacional Libanês. Refugiados.

Abstract : This article aims to analyze the situation of the Palestinian refugees who have migrated to Lebanon since the 1940s, in order to understand the possible existence of a relationship between the Lebanese political system based on Confessionalism and the way refugees were treated by Lebanese authorities and the military. In order to analyze this conflicting relationship, the study focuses on the violence practiced by the Lebanese National Army against the Palestinian camps during the 1960s and 1970s. The methodology used in the research is based on an “instrumental conception”, which consists in analyzing the military manifestations through class interests, considering the existence of a civil-military interaction that reflects in the actions of the Army. For its development, we used historical-documentary techniques, performing a survey and an

analysis of bibliographies referring to the thematic and a study of official documents, as well as data collection in the field.

Keywords: Palestinians. Lebanon. Confessionalism. Lebanese National Army. Refugees.

Introdução

Compreender os conflitos que se estendem pelo Oriente Médio está para além de uma visão simplista que considera em sua análise apenas os fatores religiosos. Em uma região onde a maioria dos Estados unem oficialmente política e religião, os motivos que levaram a diversos confrontos, principalmente no século XX e XXI, nunca foram por causa, exclusivamente, de disputa entre valores religiosos. No caso do Líbano, por exemplo, a religião a qual o indivíduo se insere ao nascer define não só sua crença e sua comunidade religiosa, mas determina também a posição social a qual ele ocupa e os cargos políticos e militares que poderá exercer. Sendo assim, os conflitos que se estenderam no Líbano estão para além de lutas religiosas, pois representam também uma luta entre classes.

Atualmente, um assunto que vem sendo bastante discutido, não só nos espaços acadêmicos, mas nas mídias de forma geral, são os movimentos migratórios de refugiados, que se estenderam para diversos países em proporções alarmantes. Ao buscar compreender, nesse artigo, as condições de vida dos refugiados palestinos que habitam o Líbano e suas relações com o governo libanês, foi possível notar que essa denominada crise de refugiados, repercutida atualmente, na realidade não é um problema atual. Observa-se que, desde o século XX, a questão das migrações de refugiados está para além do movimento de saída do país de origem em si, que apresenta causas diversas, mas abarca também a discussão sobre o país de destino desses refugiados: como será essa recepção; como será o tratamento dentro do país; quais consequências sociais, econômicas e políticas que esse movimento pode acarretar; existe ou não alguma assistência governamental aos refugiados, etc. Essas são algumas das questões que se colocam e que são pertinentes para analisar, no estudo do caso aqui proposto, os movimentos de palestinos que migraram para o Líbano e as consequências que deles vieram.

Para isso, tornou-se necessário o estabelecimento de algumas relações para que fosse possível compreender as correlações de poder e as disputas políticas que se

estenderam na primeira metade do século XX. Dentre as análises que se tornaram necessárias, está a do Confessionalismo, sistema político libanês legitimado a partir do Pacto Nacional Libanês de 1943, o qual foi elaborado no processo de independência do país. Esse regime político, que consiste na divisão dos poderes políticos e institucionais entre as comunidades religiosas oficiais do Líbano, determinou que os principais cargos políticos e militares deveriam ser ocupados, obrigatoriamente, pelos cristãos maronitas. Essa decisão não pode ser analisada sem antes considerar a forte influência da dominação francesa no país, que perdurou por 23 anos e atribuiu privilégios políticos e econômicos aos cristãos maronitas, como uma forma de garantir uma base de apoio na região que facilitasse a penetração das potências imperialistas europeias no local. Dessa forma, o Confessionalismo moldou o governo libanês e suas características, onde os interesses privados das comunidades cristãs detinham uma primazia sobre os interesses dos grupos muçulmanos. Por esse motivo, para estudar a presença dos refugiados palestinos no Líbano e os confrontos que se estenderam entre a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e o Exército Nacional, visto aqui como um instrumento utilizado pelo Estado, é necessário relacionar esses conflitos com as consequências sociais e políticas que resultaram do Confessionalismo enquanto um frágil e instável sistema político.

Como obra central do artigo, recorreu-se ao trabalho de Domingo del Pino, intitulado *A Tragédia do Líbano: retrato de uma Guerra Civil*, no qual o jornalista descreveu as características centrais do Confessionalismo e analisou as consequências sociais e políticas que resultaram desse sistema, exemplificando com a Guerra Civil de 1958 e a Guerra Civil de 1975, abrangendo em seus estudos a questão da presença palestina no território e a força política que eles representavam.

Foi exatamente essa força que a Resistência Palestina simbolizava que instigou o desenvolvimento da hipótese desse trabalho, a qual, através de uma análise crítica, se buscou observar como a presença palestina no Líbano foi identificada, pelos cristãos, como uma ameaça à manutenção da ordem confessional que fundamentava o governo, que era composto majoritariamente por cristãos maronitas que haviam ascendido política e economicamente no país através de privilégios atribuídos pela França durante a execução de seu mandato. A partir de então, pressupõem-se que os palestinos, organizados politicamente, foram capazes de fortalecer os movimentos muçulmanos que se sentiam injustiçados pela lógica política que vigorava no território. Por esse motivo, a

presença palestina foi vista como uma ameaça às autoridades libanesas, já que ela poderia incentivar e fortalecer os movimentos de oposição ao governo e à classe dominante cristã.

A legalização da ação palestina em solo libanês fez com que as tensões internas entre os grupos confessionais do país crescessem nos anos seguintes, motivadas, sobretudo, pelo apoio e rejeição que os diferentes grupos políticos do Líbano mantinham em relação à presença e atuação da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em seu território. (...) criando um Estado libanês enfraquecido por uma crise interna de comando. (MEIHY, 2016: 66).

Dessa forma, torna-se essencial compreender a importância, naquela conjuntura, do Exército Nacional Libanês e de suas ações realizadas nos anos 1960 e 1970, pois, segundo a análise aqui proposta, a força militar foi utilizada pelas classes dominantes cristãs como um instrumento para garantir a manutenção de seu poder no país, rompendo com os ideais de uma instituição nacional que, na teoria, deveria servir ao povo e garantir sua segurança. Por isso, a metodologia utilizada fundamenta-se em uma “*Concepção instrumental*” de estudo do Exército, que considera, enquanto pressuposto, a existência da interação civil-militar (ROUQUIÉ, 1980). Nessa perspectiva, entende-se que os motivos das manifestações militares estão vinculados aos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião presentes. A partir desta leitura, as ações militares sempre favorecem um grupo ou uma classe específica, a qual busca o poder e o controle do Estado. No estudo de caso, observou-se a determinante influência dos cristãos e do Confessionalismo nas atuações do Exército, a partir do levantamento de bibliografias referentes ao tema e análise de documentos do período estudado em questão, assumindo, o estudo, um caráter histórico-documental.

Embora o levantamento bibliográfico e documental tivesse sido realizado diversas vezes durante a pesquisa, a mesma ainda possui diversas limitações, devido à lacuna ainda existente nessa área de estudos, que acaba limitando o acesso a informações e as pesquisas realizadas se concentram em algumas fontes específicas. Por esse motivo, justifica-se também o interesse em realizar esse artigo, visto que o mesmo pode contribuir para expansão dessa área de conhecimento tão pouco estudada nos ambientes acadêmicos. Além disso, entende-se que estudar a complexa história política, econômica e social é do Líbano é fundamental para se compreender os movimentos anti-imperialistas do Oriente Médio, tanto no século XX, como no tempo atual.

Sendo assim, a importância de estudar essa temática consiste em romper com paradigmas ocidentais aliados aos ideais das potências imperialistas europeias que impõe e difundem um olhar sobre o Oriente Médio que é responsável por reforçar ações xenofóbicas, islamofóbicas e racistas. Desse modo, o presente artigo visa trazer outro olhar sobre os conflitos libaneses e sobre a questão dos refugiados palestinos, compreendendo a força política e social que eles representam. Além disso, destaca-se, mais uma vez, a importância de relacionar a questão palestina no Líbano com o governo do país, pois essa relação é primordial para se compreender grande parte dos confrontos que se seguiram no território durante o século XX.

Em síntese, para compreender essa relação entre o governo libanês e os grupos palestinos, o objetivo do estudo consiste em analisar, a partir de uma perspectiva crítica, os confrontos que se estabeleceram entre o Exército Libanês e a OLP nos anos 1960 e 1970, buscando os motivos que levaram a manifestação militar de ataque aos palestinos e as correlações de forças envolvidas. A partir do estudo desse caso, torna-se possível compreender a forma como os refugiados palestinos eram vistos pelas autoridades libanesas e os motivos da sua situação de extrema miserabilidade no país até os dias atuais.

O sistema político confessional

Com a queda do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, as regiões que antes compunham o Império foram divididas entre duas potências ocidentais, a França e a Inglaterra, tendo como fundamento o acordo Sykes-Picot¹, elaborado em 1916 entre os dois países que manifestavam interesses políticos e econômicos naquela região (CARDOZO, 2012). Nessa separação, o Líbano passou ao domínio francês, que exerceu um tipo de protetorado no país até 1943. Com a Segunda Guerra Mundial, diversos movimentos pela independência começaram a se manifestar no Oriente Médio e na África, e o Líbano se incluiu nessa luta por sua emancipação, principalmente após o cenário de extremo autoritarismo e repressão que a França havia instalado no país. Em

¹ O Acordo Sykes-Picot permitiu com que os franceses e os ingleses, após a Primeira Guerra Mundial, repartissem entre si as zonas que possuíam interesses no Oriente Médio, impondo suas influências políticas, econômicas e sociais na região. Em relação a essa divisão feita no território, que correspondia até então ao denominado Levante, estipulou-se que a região Norte pertenceria à França, a qual dividiu o seu território em Síria e Líbano, e o Sul à Grã-Bretanha, que dividiu a sua parte territorial em Palestina e Transjordânia.

1943, desse modo, a França não suportou as pressões realizadas e o Líbano conquistou sua independência. Através de um acordo entre diferentes grupos religiosos que coexistiam no país, elaborou-se o Pacto Nacional Libanês de 1943, o qual reorganizou e estruturou os poderes dos novos grupos políticos. O Pacto não foi escrito constitucionalmente e nem formalizado em um texto público, sendo considerado, então, apenas o seu pronunciamento. Foi a partir desse acordo que se consolidou o Confessionalismo como sistema político do Estado libanês.

O Confessionalismo é um sistema político fundamentado na união entre política e religião. Em sua organização, os cargos políticos e administrativos do Estado são divididos entre as comunidades religiosas oficiais do país, seguindo uma lógica proporcional. No caso do Líbano, para definir a proporcionalidade que seria adotada, baseou-se em um censo demográfico realizado pela França em 1932, no qual os cristãos apareceram como a maioria populacional. Desse modo, a proporção adotada tanto na composição do Parlamento, como para todos os cargos do funcionalismo militar, judiciário e civil foi a de 6:5, ou seja, seis cristãos para cada cinco muçulmanos, impondo, como obrigatoriedade, que os cargos políticos-administrativos mais elevados de cada instituição fossem ocupados pelos cristãos maronitas². A França, durante a execução de seu mandato, atribuiu cargos políticos de alto escalão aos maronitas e fez alianças com essa comunidade, para que tivesse, em troca, uma base de apoio que facilitasse a penetração dos países ocidentais no Oriente Médio. Dessa forma, o Sistema Político Confessional, ou Confessionalismo, foi visto como o modelo ideal para que os cristãos conseguissem manter sua dominação no território, já que essa comunidade, como demonstrado, havia ascendido política e economicamente através de privilégios que foram atribuídos pelos franceses.

Assim que se estabeleceu o Pacto (que passou a ser visto como uma extensão da Constituição), a lógica confessional determinou que o cargo de Presidente da República pertenceria obrigatoriamente a um maronita; a Presidência do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) pertenceria aos sunitas; e a Presidência do Parlamento a um

² Indivíduos que pertencem a Igreja Maronita, de origem oriental, a qual compõe uma das vertentes do Cristianismo. A Igreja Maronita reconhece a autoridade do Papa como líder da Igreja Católica Apostólica Romana e é mais tradicional no Líbano. Os maronitas possuem um ritual próprio, no qual a missa é propagada em aramaico, diferente do rito latino adotado pelos católicos ocidentais.

muçulmano xiita. Esse modelo de organização política foi aprovado pelas potências ocidentais, sendo considerado, inclusive, como um modelo de excelência no interior do Oriente Médio. Essa aprovação vinda dos países europeus demonstrava o contentamento dessas potências em se ter, como obrigatoriedade, um cristão maronita ocupando o cargo de Presidente do Líbano, pois havia grandes possibilidades deste ser um aliado aos seus interesses, diferente do posicionamento político dos muçulmanos, que se opunham ao domínio europeu na região.

(...) mesmo que a proposta de distribuição de cargos políticos por grupos confessionais tentasse equilibrar o peso político de setores distintos da sociedade libanesa, ao destinar as funções políticas mais importantes à maronitas e sunitas, reforçava o domínio desses dois grupos no cerne do Estado libanês recém-construído. (MEIHY, 2016: 62).

No entanto, desde seu estabelecimento, o Pacto demonstrou suas fragilidades e instabilidades, pois o mesmo não considerava em sua elaboração as mudanças demográficas que poderiam ocorrer. Logo após ser estabelecido em 1943, evidenciou-se que os cristãos não representavam mais a maioria do país, como havia sido constatado pelo censo demográfico em 1932, devido o crescimento da população muçulmana no território libanês. Com essa perda da primazia cristã, criou-se o mito da maioria maronita (FISK, 2007), que representou a tentativa dessa classe dominante de legitimar seu status e sua dominação política, econômica e militar. Estima-se que naquele momento os cristãos representavam 40% da população, sendo 23% dessa porcentagem maronitas. Enquanto os muçulmanos passaram a representar 60% da população, sendo 27% dessa porcentagem xiitas (PINO, 1989).

No interior dessa nova conjuntura que se manifestava, os muçulmanos passaram a exigir que um novo censo demográfico fosse realizado e que o sistema Confessional passasse por reformas que contemplasse a nova realidade social evidenciada, considerando ilegítimo um sistema político que privilegiava os cristãos em detrimento das comunidades muçulmanas, que passaram a representar a maioria populacional.

Cada vez que os muçulmanos falavam da necessidade de que se levasse a cabo um novo censo populacional, os cristãos respondiam que nesse caso era necessário levar em conta os libaneses emigrados, até a terceira geração, que se supunha serem majoritariamente cristãos. A União Cultural e Libanesa Mundial (UCLM), celebrava todos os anos festivais para emigrados em Baalbeck, criada pelos cristãos como um laço de

união entre eles e seus emigrados, sustentava então que os libaneses distribuídos pelo mundo eram mais de quatro milhões. (PINO, 1989: 56).

A esquerda libanesa³, nesse momento, representava as reivindicações que objetivavam uma distribuição realista do poder, que considerasse as bases numéricas confessionais atualizadas; a distribuição igualitária e planejada dos recursos para o desenvolvimento; a participação solidária do Líbano nas discussões dos problemas do mundo árabe e a promulgação de uma reforma fiscal que visasse eliminar as grandes desigualdades sociais e econômicas do país (PINO, 1989).

A importância, nesse primeiro momento, de se compreender o Confessionalismo enquanto um sistema político imposto que gerou consequências e instabilidades nas relações sociais e de poder no Líbano, é fundamental para analisar os debates e os posicionamentos políticos que foram adotados posteriormente em relação à presença palestina no território. A consolidação desse sistema confessional intensificou os embates entre os cristãos e os muçulmanos devido às condições de desigualdades que ocorriam entre essas duas comunidades que passaram a ser legitimadas por esse acordo. A presença palestina, somada a essa rivalidade existente, intensificou os conflitos entre esses dois grupos devido à divergência de ideias e de posicionamentos apresentados acerca da questão palestina e o que representava aquela comunidade no país para cada um.

As migrações palestinas para o Líbano

Analisa-se nesse artigo os movimentos migratórios palestinos em três períodos históricos: em 1947 e 1948; em 1967; e em 1970 e 1971. A primeira migração palestina em massa ocorreu entre 1947 e 1948, quando o Estado da Palestina foi dividido em dois Estados, um judeu e outro árabe. Essa primeira divisão resultou, em 1948, na criação oficial do Estado de Israel, o qual gerou a expulsão de diversas famílias palestinas de suas casas devido aos conflitos que se estabeleceram no local. No entanto, uma das problemáticas que envolvem a Questão Palestina é justamente esse movimento de saída dos palestinos de suas residências com a expectativa de um dia retornarem às suas terras. Porém, esse movimento de retorno, na maioria dos casos, foi proibido de ocorrer.

³ A esquerda libanesa era composta, em sua maioria, pelas comunidades muçulmanas, as quais representavam a oposição ao governo maronita e realizavam críticas ao Pacto Nacional Libanês e ao Confessionalismo como sistema político, que privilegiava os cristãos e negligenciava os muçulmanos.

O segundo movimento migratório analisado aqui ocorreu em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias ou Guerra Árabe-Israelense. Esse confronto representou a resposta mais consistente dos países árabes à criação de Israel, que se posicionaram contrários ao estabelecimento do mesmo. Nesse período, grande parte dos imigrantes palestinos se refugiou no Líbano, concentrando-se em Beirute, que se tornou não só a capital cultural do movimento palestino como também a sede do quartel-general da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sendo vista pelos israelenses, a partir de então, como uma capital inimiga (FISK, 2007).

Quando chegaram ao Líbano, inicialmente, foram bem recebidos pelas comunidades xiitas que habitavam a região sul e que representavam a classe dos subproletariados e dos camponeses mais pobres (KARAM, 2010). A sua chegada, juntamente com as forças armadas palestinas – concentradas principalmente na OLP – representou para esses muçulmanos a oportunidade de fortalecer os movimentos de resistência contra o governo e contra a imposição de suas políticas, que lhes eram prejudiciais. Como mencionado anteriormente, a estrutura confessional do governo libanês já era motivo de revoltas por parte dos muçulmanos. A chegada dos palestinos ao país, organizados politicamente, favoreceu e fortaleceu os movimentos muçulmanos de oposição à estrutura do Confessionalismo e às injustiças advindas desse sistema, que privilegiava os cristãos.

Por fim, a terceira migração palestina ocorreu entre 1970 e 1971, no confronto que ficou conhecido como Setembro Negro. Nesse conflito, embates violentos entre o Exército jordaniano e a OLP fizeram com que os palestinos fossem massacrados e expulsos da Jordânia e, mais uma vez, migrassem para o Líbano. Beirute, que já concentrava grande parte das aglomerações de refugiados palestinos, tornou-se um centro de informações e estabeleceu instituições de estudos sobre a Palestina. Além da concentração na capital, muitos desses palestinos refugiados se aglomeraram na região sul do país, que era negligenciada pelos governos cristãos por conter majoritariamente uma população xiita. Dessa forma, essa chegada massiva de palestinos armados e combativos a partir dos anos 1970 no sul resultou em diversos desequilíbrios sociais, agravando a situação econômica da região (COSTA, 2006).

Relação dos refugiados palestinos com o governo libanês

A partir de 1967, a presença dos palestinos e o estabelecimento de suas organizações políticas e militares no território libanês fez com que esse grupo fosse identificado pelas comunidades cristãs e pelas autoridades libanesas como uma ameaça à soberania nacional, devido o início dos ataques constantes de Israel ao sul do Líbano, que era onde se concentravam os maiores campos de refugiados palestinos. No entanto, nota-se que esse discurso propagado pelos cristãos, tanto pelas comunidades como pelas autoridades políticas, na realidade manifestava a análise realizada pelos maronitas de que a presença palestina no país manifestava um caráter subversivo, a qual possuía a capacidade de incentivar as massas muçulmanas a se oporem ao governo libanês e ameaçar o status de dominação cristã vigente até aquele momento (DUTRA JÚNIOR, 2014).

Nota-se, então, como a chegada dos palestinos no Líbano foi vista como uma ameaça à dominação cristã, que era legitimada pelo Pacto Nacional de 1943 e executada através do Confessionalismo. As forças palestinas exaltaram as massas muçulmanas, que já se encontravam insatisfeitas com as condições políticas e sociais impostas, e forneceram apoio aos movimentos de oposição ao governo. Nessa conjuntura, os cristãos perceberam que precisavam utilizar recursos para defender a ordem confessional vigente que lhes beneficiava, passando a acusar a Resistência Palestina⁴ de invadir o Líbano e ameaçar a soberania nacional com o estabelecimento de suas forças armadas no país (PINO, 1989).

A partir dos anos 1960, se instalou um clima de tensões entre a OLP e o governo libanês, devido os ataques aos campos de refugiados palestinos vindos de Israel e as ofensivas realizadas pelos falangistas libaneses⁵ também contra os palestinos. Na tentativa de estabelecer uma estabilidade política, o governo optou por conceder permissão aos palestinos para que eles pudessem desenvolver suas atividades políticas no território, desde que não executassem ações de cunho militar (DUTRA JÚNIOR, 2014). No discurso propagado por essas autoridades, no entanto, dizia-se que os palestinos eram os culpados pelas desigualdades e pelos problemas políticos e econômicos que o país estava enfrentando, afirmando, inclusive, que eram os palestinos que estavam destruindo

⁴ A Resistência Palestina, segundo Pino (1989), era composta pelos cinco líderes dos movimentos palestinos: Georges Habache (Frente Popular), Nayef Hawatmeh (Frente Democrática), Salah Khalaf (Al Fatah), Zuheir Mohsen (Al Saika) e Chefic el Hut (Diretor da OLP).

⁵ Adeptos do Partido Falangista Libanês, criado em 1936 por Bashir Gemayel, de extrema-direita, que teve inspiração no nazismo e nos falangistas espanhóis que apoiavam a ditadura de Francisco Franco.

as liberdades democráticas do Líbano (FISK, 2007). Em uma análise crítica desse discurso, observa-se que os cristãos não realizavam uma distinção dos problemas que eram conjunturais, como os ataques de Israel e a presença palestina no local, dos problemas que eram estruturais, ou seja, aqueles que advinham do Pacto Nacional Libanês de 1943 e do estabelecimento do Confessionalismo, que resultaram nos primeiros confrontos entre as comunidades religiosas e consolidaram um sistema de desigualdades pautado na religião, já que a comunidade religiosa a qual o indivíduo pertencia definia os cargos sociais, políticos e militares os quais ele poderia exercer.

Como reação ao discurso cristão que se difundia entre as comunidades maronitas, os muçulmanos, aliados aos ideais pan-arabistas⁶, formaram uma frente de oposição às medidas políticas que estavam sendo adotadas pelos governantes em relação aos palestinos no país, com o apoio dos grupos armados palestinos. Temendo o fortalecimento dessa oposição, os grupos cristãos começaram a se armar e a treinar com o apoio e auxílio oferecido pelo governo, que passou a ter como objetivo eliminar qualquer oposição palestina que ameaçasse seu poder e incentivasse movimentos muçulmanos a se rebelarem contra a ordem vigente.

Os superiores [cristãos] recordavam ao presidente que ele havia jurado defender a Constituição, salvaguardar a soberania nacional e a segurança do território, e lhe recomendavam que não cedesse em nada às reivindicações que naqueles dias eram feitas pela esquerda até que tivesse sido restabelecida a soberania do Estado e sua autoridade de fato sobre todo o território, o que em bom árabe libanês significava: até que não tivesse sido expulsa a Resistência palestina. (PINO, 1989: 28, comentário nosso).

Devido essa instabilidade social, o Estado se tornou cada vez mais frágil e impotente diante os ataques e represálias que ocorriam entre os guerrilheiros da OLP no Líbano e Israel (COSTA, 2006). A conjuntura interna estava conturbada enquanto a relação entre Líbano e Israel também se agravava.

Confrontos entre os palestinos e o Exército Nacional Libanês

⁶ O Pan-arabismo foi um movimento iniciado e liderado por Gamal Abdel Nasser, no Egito, que tinha como objetivo a unificação de todos os países árabes-muçulmanos, visando fortalecer a cultura e a causa islâmica e se opor a presença dos países imperialistas ocidentais nos países árabes.

A partir dos anos 1950, os muçulmanos já demonstravam suas tendências em estabelecer alianças e em se solidarizar com as causas palestinas, sendo esse um dos motivos de receio dos governantes maronitas que desejavam manter sua posição de dominação do poder. Importante ressaltar que o temor que a presença palestina causava aos governantes se deve ao fato de, naquele momento, aquela população representar 10% da população total do Líbano, um número significativo e elevado, que, somado às comunidades muçulmanas libanesas, poderia ser uma ameaça concreta a ordem confessional e aos cristãos que ocupavam o poder. O acúmulo de tensões que se manifestaram entre os anos 1950 e 1960, resultou em diversos confrontos entre as comunidades religiosas e entre o governo e os palestinos.

Temendo uma revolta contra a ordem, o governo libanês solicitou ao Exército Nacional Libanês que exercesse um controle sobre a vida dos refugiados palestinos no país. A forma como o Estado começou a lidar com a presença palestina gerou um incômodo na população libanesa, principalmente entre os muçulmanos que viviam nas periferias das cidades e tinham um contato mais próximo com aquelas comunidades. Segundo Dutra Júnior (2014), a forma como os refugiados foram tratados pelos governantes libaneses serviu como incentivo para que, a partir da década de 1960, os palestinos optassem pela adesão à luta armada, pois foi a única forma que encontraram de lutarem para que seus direitos fossem respeitados dentro do país.

Enquanto a conjuntura libanesa apresentava esses conflitos internos entre os governantes cristãos e os palestinos aliados às comunidades muçulmanas, as forças armadas de Israel continuaram realizando ataques contra as forças palestinas que haviam se concentrado no sul Líbano. No entanto, os ataques de retaliação realizados do interior do Líbano à Israel pela Resistência Palestina passaram a ser fortemente reprimidos pelo Exército Libanês, que se tornou responsável por comandar a força militar do país desde a chegada de Fuad Chehab, ex comandante do Exército, ao poder presidencial em 1958. Até que, Khalal Kauash, membro do comando palestino, foi preso pelo Exército e encarcerado, morrendo na prisão vítima de tortura. Esse acontecimento intensificou os confrontos e a rebelião interna dos palestinos e muçulmanos contra o governo (PINO, 1989).

De 1968 a 1969 ocorreu o primeiro confronto direto entre a OLP e o Exército Libanês, devido à insatisfação apresentada pelos palestinos com o governo e com a violência que estava sendo praticada pelo Exército. A OLP contou com o apoio do Partido

Comunista Libanês e dos demais partidos de esquerda do país, que eram compostos majoritariamente por muçulmanos. Diante esses confrontos, as comunidades muçulmanas passaram a identificar o Exército como uma instituição que representava os interesses das classes dominantes cristãs, as quais não eram favoráveis à presença palestina no país. A denominação atribuída pelos muçulmanos à força militar foi de Exército Cristão (PINO, 1989), já que seus ataques aos palestinos representavam os interesses da classe dominante que buscavam garantir a manutenção do sistema político confessional. A instituição militar pode ser identificada, dessa forma, como um instrumento que foi utilizado pelos governantes para representar seus interesses e garantir a manutenção daquela ordem vigente.

O ano de 1969 se caracterizou pela onda de protestos e confrontos que se estenderam por todo o país. As críticas feitas pelos muçulmanos ao Exército Nacional se intensificaram, e, conseqüentemente, intensificaram-se também as críticas feitas ao Pacto de 1943, que permitia com que o posto de comandante da instituição estivesse sempre ocupado por um cristão maronita. Os confrontos estavam atingindo proporções preocupantes para o governo, fazendo com que Charles Helou, presidente do Líbano a partir de 1964, desejasse retaliar de forma violenta qualquer ação que viesse dos palestinos no país, que, além de ameaçar a ordem confessional, possuía inclinações pan-arabistas. O Primeiro-ministro da época, Rashi Karami, se posicionou de forma contrária à decisão do presidente, não autorizando os ataques aos campos de refugiados palestinos, pois, segundo a visão de Karami, o mesmo representava um projeto particular dos cristãos maronitas, que estavam buscando formas de garantir sua manutenção no poder eliminando toda e qualquer fonte de ameaça.

Ao fim de 1969, após um ano de confrontos, o governo optou por realizar uma negociação entre a OLP e o Exército Nacional, na tentativa de organizar a convivência da organização e da instituição militar no país. Essa negociação originou o Acordo do Cairo de 1969, que foi assinado no Egito entre Emile Bustany, como representante do Exército, e Yasser Arafat, presidente da OLP, mediado por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito. O documento regularizou a presença palestina e a movimentação dos comandos armados palestinos no Líbano, simbolizando uma conquista para os palestinos, que passaram a possuir uma relativa liberdade e autonomia no interior do país já que a OLP se tornou responsável pelos campos de refugiados, que antes eram controlados pelo Exército (PINO, 1989; MEIHY, 2016). As concentrações palestinas foram consideradas

um tipo de extraterritorialidade no país, sendo identificadas como um Estado dentro do Estado (COSTA, 2006).

Segundo Costa (2006), como consequência do que foi acordado, a soberania do Líbano ficou comprometida, pois o país ficou suscetível a uma intensificação dos ataques vindos de Israel. Esse acordo e, conseqüentemente, a legalização da ação e da presença palestina no território libanês, aumentou as tensões entre os grupos confessionais, que se dividiram em apoio ou rejeição à presença palestina. Os cristãos, e, principalmente, os partidos cristãos de direita, criticaram e questionaram o Acordo, enquanto a esquerda muçulmana se manteve aliada a OLP.

O Falange, durante essas tensões e confrontos que se estenderam pelos anos de 1960, passou a representar cada vez mais os interesses dos grupos cristãos maronitas, que se mostravam insatisfeitos e temerosos com a ascensão dos grupos guerrilheiros palestinos no Líbano (DUTRA JÚNIOR, 2014). Mesmo com o apoio desse grupo cristão, considerado um dos mais fortes e bem equipados grupo armado do Líbano, as comunidades maronitas exigiram também que o governo utilizasse das forças do Exército Nacional para conter os avanços e as ofensivas que eram realizadas pela OLP, antes que esta fortalecesse ainda mais os movimentos muçulmanos e favorecesse a rebelião contra o sistema político libanês. Na tentativa de legitimar os ataques realizados contra os palestinos, Pino (1989) menciona que em 1975, no diário *Al Amal*⁷, os maronitas do Falange chegaram a afirmar que, sem a presença palestina no país, as massas muçulmanas não teriam podido se rebelar, reforçando o argumento que culpabiliza os palestinos pelos problemas que o Líbano enfrentava e não reconhecendo que estes problemas eram estruturais.

Após esse conjunto de conflitos que se estenderam durante os anos de 1960, os quais envolveram muçulmanos libaneses, palestinos e cristãos, a partir de 1970 explicitou-se um enfraquecimento do poder maronita sobre o Líbano, devido às críticas muçulmanas que afirmavam ser aquele um poder exercido de forma ilegítima no país, devido à nova composição demográfica que se apresentava, onde a maioria populacional era composta por muçulmanos, xiita e sunitas, radicalizados em torno da questão palestina (MEIHY, 2016). Novamente, a questão palestina e a discussão em torno dessa pauta levou as comunidades religiosas nos anos de 1970 a novos debates e confrontos.

⁷ Órgão oficial de comunicação da Falange.

Em 1973, os ataques vindos de Israel se intensificaram, assim como os conflitos internos que se estendiam para todas as regiões do país. Temendo as ações do governo e dos grupos armados cristãos, os partidos de esquerda, concentrados no sul e aliados das forças palestinas, criaram os primeiros comitês de autodefesa, os quais foram vistos como uma ameaça aos partidos de direita cristãos, que temiam mudanças no poder político do país. Naquele mesmo ano, três importantes líderes da Al Fatah⁸ foram assassinados pelo comando israelense, agravando ainda mais as tensões entre os palestinos e o Exército Nacional, o qual fora acusado pela OLP de ter permitido com que os agentes israelenses que cometeram os assassinatos escapassem (PINO, 1989).

Com a retomada dos conflitos entre os palestinos e a instituição militar, desrespeitou-se tudo aquilo que havia sido previsto e acordado no Acordo do Cairo de 1969. Aproveitando-se dessa situação e da instabilidade interna a qual se encontrava o Líbano, o Exército de Israel passou a realizar ataques mais agressivos às cidades da região sul do território, visando eliminar os focos de resistência palestina (KARAM, 2010). Diante a conjuntura política libanesa e o posicionamento do governo diante a presença palestina no país, o governo da Síria optou por fechar suas fronteiras com o Líbano e acusou o presidente Suleiman Franjeh de participar do complô externo destinado a liquidar a resistência palestina (PINO, 1989). Com isso, a população muçulmana xiita que habitava o sul foi a que mais sofreu com os ataques internos, vindos do Exército, do Governo e dos grupos armados cristãos, e dos externos, vindos de Israel. Ambos os ataques tinham como objetivo atingir as populações palestinas e enfraquecer qualquer movimento muçulmano.

Desse modo, aumentou-se a solidariedade e a união entre os muçulmanos libaneses e os palestinos, visto os interesses de forças internas e externas em desestruturar através de confrontos armados qualquer movimento de oposição ao governo libanês e qualquer movimento palestino. Com a intensificação dos confrontos entre a OLP e o Exército, os muçulmanos passaram a exigir a aplicação do Acordo do Cairo, já que os direitos que haviam sido conquistados por aquele povo estavam sendo desrespeitados pela força militar. Tentou-se, então, realizar uma nova negociação entre a instituição militar e os guerrilheiros palestinos, no qual o primeiro-ministro Amin el Hafes optou por mediar

⁸ Organização política e militar fundada em 1959 por Yasser Arafat, que se caracteriza por ser o maior grupo de guerrilha que compõe a OLP.

um possível acordo entre as duas forças. Porém, antes do mesmo se realizar, o Exército cercou os dois principais campos de refugiados palestinos, localizados no sul de Beirute, e realizou ataques violentos, que permaneceram durante semanas, contra aqueles combatentes (PINO, 1989).

Em 1987 o Acordo do Cairo foi revogado pelo Parlamento libanês, durante a Guerra Civil que havia se iniciado em 1975 e o governo de Bashir Gemayel, representante da extrema-direita libanesa que caracterizou seu mandato pelos privilégios atribuídos apenas à sua comunidade religiosa e seus aliados, o que gerou ainda mais revolta dos muçulmanos que eram favoráveis à questão palestina e se encontravam negligenciados pelas autoridades políticas, vivendo em condições precárias e de pobreza. A revogação do Acordo demarcou o fim das liberdades e dos direitos dos palestinos que habitavam o Líbano (KARAM, 2010; COSTA, 2006).

A atual situação dos refugiados palestinos no Líbano

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) estima que existam atualmente cerca de 5,34 milhões de refugiados palestinos no mundo. No Líbano, existem doze campos de refugiados e 156 aglomerações palestinas, ambos concentrados, principalmente, na região sul. Devido suas extensões e densidade demográfica, alguns campos são considerados bairros dentro das cidades libanesas.

De acordo com os dados apresentados pela Agência, 70,8% dos palestinos que residem no território libanês estão abaixo da linha da pobreza, vivendo com US\$208/mês. Além disso, 23,2% se encontram hoje desempregados e apenas 14% possuem emprego no setor formal da economia. Esses dados mostram que, desde os anos de 1960 e 1970, período estudado nesse trabalho, até os dias atuais, o governo libanês continuou negligenciando os palestinos no país, os quais continuaram em situações de extrema pobreza e não inseridos, de fato, na sociedade libanesa. Como exemplo dessa exclusão, cabe mencionar que os palestinos foram proibidos pelo governo de exercerem até vinte profissões no interior do país, incluindo medicina, direito e engenharia. Essa proibição serviu para agravar, ainda mais, os índices de desemprego entre os refugiados.

Ein el Hilweh é o maior campo de refugiados palestinos do Líbano, o qual fica localizado na cidade de Saïda, ao sul do país, e possui uma forte dependência financeira

dos Estados Unidos e das agências da ONU que atuam no Líbano, principalmente da UNRWA. No entanto, desde 2018, as condições estruturais e os recursos básicos utilizados no campo, como saúde e educação, têm sofrido um processo gradual de precarização e sucateamento, devido o corte financeiro anunciado por Donald Trump, atual Presidente dos Estados Unidos, de 80% da verba que era destinada especificamente aos trabalhos desenvolvidos pela UNRWA, agência que é responsável por ajudar financeiramente e oferecer oportunidades de empregos e serviços àquela comunidade, auxiliando mais da metade dos palestinos que habitam Ein el Hilweh. O corte promovido e anunciado pelo governo de Trump, em uma análise crítica das propostas e dos discursos propagados pelo presidente estadunidense, pode ser entendido como uma forma de punir os grupos de refugiados palestinos que moram no Líbano que se recusaram a negociar qualquer acordo com o governo de Israel, aliado da potência estadunidense.

Em relação ao posicionamento do governo libanês acerca da presença palestina no país em tempos atuais, no ano de 2003, Rafic Rariri, Primeiro-Ministro do Líbano, esteve em uma visita oficial ao Brasil, onde afirmou que se mantinha contrário à integração dos refugiados ao país, pois a mesma agravaria os problemas sociais, políticos e econômicos do Estado. Observa-se, a partir desse discurso, como os problemas estruturais do Líbano ainda são atribuídos a presença palestina no território. As autoridades libanesas continuam não reconhecendo que a forma como o Confessionalismo foi estruturado no Líbano consolidou e aprofundou os problemas de desigualdades econômicas e sociais do país, já que o regime imposto não condiz e nem é legítimo visto a composição social atual, ou seja, um sistema político que não representa a maioria da população libanesa. Por esse motivo, a presença dos palestinos não pode ser culpabilizada pelos problemas enfrentados pelo Estado Libanês, já que o cerne desses problemas esta na própria organização política e social do Líbano.

Embora o posicionamento de Rariri represente o sentimento antipalestino que ainda se reproduz em esferas da política e em parcelas da sociedade libanesa, sentimento esse que rejeita a naturalização dos mesmos ao Líbano, ao fim de sua fala, o Primeiro-Ministro completa afirmando que deseja ver os palestinos retornarem às suas terras, na Palestina, afirmando o apoio do governo libanês à reivindicação dos grupos palestinos que lutam, desde 1948, pela possibilidade de retornar as suas terras e suas casas.

Com a Guerra Civil na Síria, retornou-se esse mesmo debate acerca da presença palestina no país, já que, com a guerra, muitos refugiados palestinos que habitavam a

Síria migraram para o Líbano, gerando um aumento na superlotação dos campos. Em 2017, o governo optou por realizar o primeiro censo oficial da população palestina no Líbano, constatando uma população de 174 mil refugiados – número inferior às estimativas realizadas até então por órgãos não oficiais, que pressupunham uma população de 500 mil refugiados.

Como foi demonstrado, durante os anos 50, 60 e 70, os grupos palestinos foram identificados pela classe dominante cristã libanesa como uma ameaça à manutenção do seu poder político e econômico, que era garantido e legalizado através do Pacto Nacional de 1943 e do Confessionalismo. A presença palestina no território libanês fortaleceu e incentivou as massas muçulmanas a se revoltarem contra as injustiças de um sistema político que agravava as desigualdades sociais do país. No entanto, nota-se que a situação dos refugiados palestinos na atualidade é diferente daquele que caracterizou a primeira metade do século XX.

Depois da Guerra Civil de 1975, ocorreram, novamente, diversos debates e divergências acerca da presença palestina no território libanês. O que se diferencia do período anterior à Guerra é que, nesse segundo momento, algumas parcelas das comunidades muçulmanas passaram a se posicionar também contrárias à presença dos palestinos no país. Com isso, a resistência antipalestina se fortaleceu após 1975 e ganhou apoio, demonstrando que a rejeição aos palestinos não é mais uma exclusividade dos grupos cristãos do Líbano (CHEAITO, 2019).

Analisa-se, a partir de então, que durante o século XX, os grupos palestinos que habitavam o Líbano enfrentaram diversos confrontos com o Exército Nacional, que representava o poder do Estado, e com os grupos armados cristãos, principalmente com o Falange, que tinha como intuito eliminar os palestinos do país. No entanto, o século XXI tem se caracterizado por uma mudança no cenário libanês, pois se estabeleceram novos confrontos com novos sujeitos. Agora, os conflitos que se estendem entre os grupos palestinos são internos, nos próprios campos de refugiados, e acontecem entre diferentes facções que coexistem naquele espaço. No campo de Ein el Hilweh, por exemplo, estima-se que cerca de vinte facções diferentes estejam em conflito atualmente. Esse fato demonstra que os campos de refugiados palestinos se tornaram redutos para muitos militantes do extremismo islâmico, alguns com inspirações na Al Qaeda e outros no Estado Islâmico, demonstrando que aqueles espaços se tornaram locais de trânsito dos

conhecidos jihadistas sírios⁹, e as violências que são praticadas naqueles locais explicitam um caráter político e religioso.

Os motivos que levaram os grupos extremistas que penetraram o Líbano a adentrarem aos campos de refugiados, que já lidavam com condições de extrema miserabilidade e superlotação, consistem no fato de que, segundo as observações feitas, mesmo com a revogação do Acordo do Cairo, o Exército permanece não adentrando naqueles espaços. Ou seja, embora na teoria o Acordo tenha sido revogado nos anos 80, na prática as autoridades libanesas e as forças militares continuaram não interferindo nos assuntos e nos problemas internos dos campos, respeitando a extraterritorialidade e a autonomia dos palestinos no interior daqueles espaços, como havia sido acordado em 1969. Como as autoridades do governo e o Exército não interviam nos acontecimentos internos dos campos, aqueles se tornaram terrenos férteis para a propagação de radicalismos e para que grupos extremistas pudessem atuar sem a repressão estatal (CHEAITO, 2019).

Como força de oposição à esses grupos radicais, palestinos e sírios, que penetraram no Líbano e passaram a atuar nos campos de refugiados, surgem novos grupos, que possuem como objetivo frear o avanço dessas ações de cunho extremista. O Hamas¹⁰ e o Fatah¹¹ são os exemplos mais conhecidos e de maior atuação na luta contra as facções aliadas aos ideais radicais que executam suas ações no interior dos campos de refugiados palestinos contra os próprios palestinos.

Acerca da relação atual entre o Exército Libanês e os grupos palestinos, observa-se que hoje a força militar é responsável apenas por cercar os campos e impedir que os confrontos que se estabeleceram em seu interior, como mencionado, não se estendam para as cidades libanesas, controlando a entrada e a saída daqueles espaços. Sendo assim,

⁹ Denomina-se jihadistas aqueles indivíduos que são adeptos da ideologia do jihadismo, que consiste em um movimento sunita que defende o uso da violência para difusão do islã e para garantia da “moral e da fé”. Essa ideologia está vinculada às ações de grupos islâmicos extremistas, sendo importante ressaltar que a maioria dos muçulmanos não compartilha desses ideais de defesa da violência e se posiciona contrária à mesma.

¹⁰ O Hamas, grupo palestino de ideologia sunita, surgiu em 1987 a partir da Primeira Intifada, que consistiu na manifestação dos palestinos contra a ocupação de suas terras por Israel. É considerado hoje como um dos principais grupos islâmicos que lutam pela defesa da Palestina.

¹¹ O Fatah surgiu em 1959 com o objetivo de resistir à ocupação israelense e defender os interesses dos palestinos. O grupo ficou conhecido devido a sua intensa atuação pela causa palestina e devido à figura de Yasser Arafat, líder político que simbolizou a luta pela libertação da Palestina no século XX.

embora não esteja mais em vigor, na prática o Acordo do Cairo se mostra presente e a extraterritorialidade dos campos foi mantida.

Considerações finais

Nota-se, dessa forma, como o Pacto Nacional Libanês e todo o suporte atribuído às lideranças maronitas serviram para reforçar o sectarismo existente entre as comunidades religiosas do país, tornando sua convivência e coexistência no território cada vez mais delicada e instável. Mesmo com o estabelecimento de um regime democrático, observa-se como essa democracia se assemelha a um caráter restrito, já que as decisões políticas eram tomadas por uma parcela mínima da sociedade, representada pelos cristãos maronitas. Os muçulmanos, principalmente os xiitas, se sentiam injustiçados nesse sistema político, que legitimou e aprofundou todo um sistema de desigualdades sociais, políticas e econômicas que havia se iniciado no Império Otomano e se consolidado com o protetorado francês a partir de 1920.

A partir dos anos 40, iniciou-se um movimento intenso de migração de palestinos, o qual muitos migraram para o Líbano em busca de refúgio. Mesmo com anos de debates e conflitos, que se estenderam durante os anos 60 e 70, os cristãos e os muçulmanos não chegaram a um consenso acerca do posicionamento que deveria ser adotado em relação à presença palestina no país. Os muçulmanos seguiram oferecendo apoio e solidariedade aos movimentos palestinos, porque sua presença no território fortalecia os partidos de esquerda e os movimentos que se opunham ao sistema político confessional da maneira como ele era estruturado. Enquanto isso, os cristãos maronitas mantinham seu posicionamento contrário à presença palestina no Líbano, argumentando que os mesmos ofereciam um risco a soberania do Líbano e estavam gerando diversos problemas sociais e políticos. Porém, a análise realizada nesse artigo percebe que, como pano de fundo, esse grupo, na realidade, representava uma ameaça à manutenção da classe dominante cristã nas instâncias de poder.

Temendo a perda de seu poder e a mudança do sistema confessional, que lhes era benéfico e garantia seus privilégios, os cristãos maronitas optaram por utilizar as forças do Exército Libanês para atacar e enfraquecer os movimentos palestinos. Observa-se, a partir desses confrontos, como o Exército se mostrou empenhado em eliminar os focos de resistência palestina instalados no país, contrariando os interesses defendidos pelos muçulmanos, que representavam a maioria populacional, e agindo de acordo com os

interesses das classes dominantes cristãs. Nessa perspectiva, a instituição militar não simbolizava uma instituição vinculada aos interesses nacionais e do seu conjunto de cidadãos, mas estava aliada a interesses particulares de um grupo específico dessa sociedade civil, que, naquele momento, representava a minoria populacional. Dessa forma, analisa-se nesse artigo a força militar como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para garantir a manutenção da ordem e de seu poder.

Por fim, ao estabelecer uma análise da situação dos refugiados durante os anos 60 e 70 e nos dias atuais, observa-se que a trágica realidade dos campos palestinos, descrita anteriormente, permanece até o tempo presente. Situações de extrema pobreza, superlotação dos campos, crises de desemprego e precariedade nas condições estruturais e de infraestrutura continuaram se reproduzindo por mais de 50 anos, com pouco interesse das autoridades libanesas em modificar esses quadros (CHEAITO, 2019).

Analisar e compreender a história libanesa e os confrontos que ocorreram naquele país, envolve um estudo minucioso sobre as forças políticas e religiosas envolvidas, assim como a alteração nas correlações de força que ocorreram em diversos períodos. Sendo assim, torna-se necessário observar as diversas relações que se manifestaram na realidade histórica concreta, não sendo possível um estudo simplista e reducionista da complexidade e das particularidades que permeiam o território libanês. Seu sistema político confessional, os grupos religiosos que coexistem no local, a presença palestina, seus conflitos internos e externos, somados a uma luta antiimperialista, destacam a importância de se estudar o Líbano em sua totalidade, onde uma rede de correlações se explicitam e demonstram a importância do estudo em questão.

Bibliografia

CARDOZO, Poliana Fabíula (2012). **O Líbano ausente e o Líbano presente: espaço de identidades de imigrantes libaneses em Foz do Iguaçu**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci (2019). **Exército Nacional Libanês: reflexos do Confessionalismo na Instituição Militar**. Marília: Lutas Anticapital.

COSTA, Renato José da (2006). **O Islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. 2006. 336 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUTRA JÚNIOR, José Ailton (2014). **O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967): o Nasserismo como projeto para o mundo árabe e o seu impacto no Líbano**. 2014. 320 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FISK, Robert (2007). **Pobre Nação**. Rio de Janeiro: Record.

KARAM, Christian da Camino (2010). **Da revolução política ao reformismo socioeconômico: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano do pós-guerra civil (1992-2006)**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEIHY, Murilo (2016). **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto.

PINO, Domingo del (1989). **A tragédia no Líbano: retrato de uma Guerra Civil**. São Paulo: Clube do Livro.

ROUQUIÉ, Alain (Org.) (1980). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record.

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES. Disponível em: <<https://www.unrwa.org/>> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2019.